

Curso de Direito
Trabalho Interdisciplinar
Aluno : Rodolpho Mattos de Souza
Orientador: Prof. Dr. Uipirangi Câmara

Proposta de Emenda Constitucional número 300¹ – Melhoria salarial dos policiais militares do Brasil.

Nos Estados brasileiros é notório que o Sistema de Segurança Pública tem-se apresentado problemático, fato que fica mais evidente nos serviços que são prestados pela Polícia Militar, como, por exemplo, o policiamento ostensivo fardado preventivo e repressivo. A Polícia Militar, na quase totalidade do país, passa por um grave e acelerado desânimo profissional, motivado, entre outras razões, pela má remuneração dos policiais, sendo-lhe inclusive negado o direito à sindicalização, FGTS, adicional noturno, horas extras e à greve para a reivindicação salarial. Tais direitos, quando negados, inibem a luta por salários mais justos, transformando, por conseguinte, a baixa remuneração o principal carro-chefe do desgosto profissional, afetando a qualidade dos serviços prestados a população pela corporação. Além da injusta política salarial proporcionada a maioria dos policiais militares, por possuírem como instrumento de trabalho uma arma de fogo e seu corpo ser um alvo visível e inconfundível pela farda, são frequentemente ameaçados e em algumas vezes condenados a morte pelo crime organizado. Dentro da perspectiva da problemática salarial salienta-se que a remuneração paga pelos estados brasileiros não é suficiente para que o policial militar consiga sustentar uma família média, provendo alimentação, lazer, saúde, moradia e educação, acarretando muitos policiais a angariar uma renda extra a renda da família, de forma lícita ou ilícita. Na forma ilícita de aliciar dinheiro extra ressalta-se o número crescente dos índices de casos de corrupção dentro da corporação, bem como, os números estatísticos de policiais que procuram realizar serviços de segurança fora do ambiente institucional, os famosos bicos.

Tal situação, no entanto, pode ser revertida, pela aprovação da Proposta de Emenda Constitucional número 300, em trâmite na casa legislativa nacional. A referida proposta, propõe a equiparação dos salários dos policiais militares de todos

os Estados da União com o salários pago pelo Distrito Federal, efetivo policial militar melhor remunerado do país, sanando o motivador desânimo dos operadores de segurança pública estaduais, e conseqüentemente trazendo benfeitorias para a Segurança Pública. É preciso, no entanto, que se ensejem mecanismos que permitam que os reajustes salariais dos policiais militares ocorram, porém, de uma forma correta, justa e conforme o custo de vida da região, evitando-se assim, uma discrepância salarial entre policiais militares e as demais classes de trabalhadores, ressaltando, mais uma vez, as desigualdades sociais e má distribuição de renda do país.

A presente análise ressalta e considera que a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional número 300 torna-se-á a solução mais próxima e concreta de reajustar os salários pagos pelos estados brasileiros, melhorando a qualidade de vida dos policiais militares, minorando e corrigindo os efeitos constatados pela manutenção de uma Polícia Militar desanimada profissionalmente, trazendo uma melhora significativa para a segurança pública da nação brasileira, mesmo que a proposta em questão necessite de algumas adaptações no texto original.